**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE SANTO AMARO.**

**Realização: 14/12/2017  início: 19h30 – término: 22h00min.**  .

**Local: Auditório Pref. Regional Santo Amaro – Pça. Floriano Peixoto, 1º andar**

**Conselheiros presentes:**

1. Adilson Almeida Araújo,
2. Andréa Rodrigues Borges,
3. Luiz Felipe de Barros Rosa,
4. Maria Auxiliadora Lopes Martins.
5. Maria Cristina Almeida Antunes.

  **Conselheiros ausentes sem justificativa:**

1. Ailton Azevedo dos Santos,
2. Antonio Augusto Maciel,
3. Antonio Marcelo de Souza Lima,
4. Christian de Moraes Machado Suppo Bojlesen,
5. Clovis Soares Bezerra,
6. Francine Martinho,
7. Helena Santos Tofino,
8. Humberto Bochenek Visone
9. Magna Carvalho,
10. Roberto Costa Ferreira,
11. Rudneia Alves Arantes
12. Sebastião Cabrera,
13. Virgilene da Silva Graça.

 **Conselheiros com ausência justificada:**

1. Juliana Paloma Quandt de Oliveira,
2. Maria Regina Povreslo,
3. Marisa Santana Farina,
4. Monica Berta Tilly Ebensperger.

**Presentes também:**

1. Patrícia Marques – Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) – São Paulo Aberta;
2. Eliana dos Santos Souza - Prefeitura Regional Santo Amaro;
3. Naomy Schölling – eleita para o CPMSA (biênio 2018-2019).

**Pauta:**

1. Diálogo Aberto promovido pela São Paulo Aberta;
2. Deliberação sobre propostas do GT Zeladoria;
3. Assuntos Gerais.
* A Conselheira Cristina Antunes, coordenadora do CPMSA, abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos, especialmente a da Senhora Patrícia Marques, da São Paulo Aberta, a quem passou a palavra.
* A representante da SMRI iniciou sua apresentação destacando que esse 2º Diálogo Aberto é uma continuação do trabalho iniciado no meio do ano de 2017, quando foram promovidos encontros entre a São Paulo Aberta, Prefeituras Regionais e os Conselhos Participativos. Na sequência, a Sra. Patrícia explicou brevemente o trabalho desenvolvido pela São Paulo Aberta e os critérios que classificam uma cidade como “aberta”, entre os quais transparência, participação e formação. Nesse último caso, disse que a São Paulo Aberta promoveu diversas oficinas destinadas aos munícipes, com alcance aproximado de 18 mil pessoas até o momento. Explicou ainda, que no 1º Diálogo Aberto, 282 pessoas participaram dos encontros, apresentando 418 propostas, que foram agrupadas em áreas que abrangem as principais demandas, como divulgação e comunicação dos Conselhos Participativos; interação entre os Conselhos Participativos e a população; interlocução entre os Conselhos; etc. Por fim, disse que em agosto passado foi realizada uma reunião com Coordenadores de Conselhos, que definiram como tema do 2º Diálogo Aberto o levantamento de propostas para a formação de Conselheiros, razão pela qual os Conselheiros de Santo Amaro poderiam, ao final da reunião, apresentar até seis propostas sobre aquele tema.
* O Conselheiro Luiz Felipe pediu a palavra para dizer que entendia o trabalho realizado, bem como a importância do tema “formação”. No entanto, segundo o Conselheiro, a maior dificuldade encontrada pelo Conselho Participativo Municipal de Santo Amaro é o não acolhimento das propostas apresentadas pelo CPMSA. Disse, ainda, que havia destacado aquele mesmo aspecto em meados de 2017, quando se realizou o 1º Diálogo Aberto. Reiterou que de pouco adianta manter Conselhos Participativos se não há uma dinâmica que faça com que o trabalho realizado seja levado a sério. Ponderou que se perde tempo demais com burocracia e citou o caso da demora na publicação de convocação de suplentes e do sumiço de um Ofício do CPMSA enviado à Coordenação-Geral dos Conselhos Participativos como exemplos. Por fim, disse que dos 23 integrantes atuais do Conselho, 5 não podiam ser candidatos por já estarem cumprindo segundo mandato, 4 se recandidataram e 14 não quiseram buscar a reeleição, entre eles o próprio Conselheiro Luiz Felipe, e que isso era um claro sinal de que o Conselho Participativo não funciona, o que acaba por resultar em um desinteresse dos Conselheiros e da população de um modo geral.
* Na sequência, o Conselheiro Adilson, concordando com o Conselheiro Luiz Felipe, disse que o Conselho Participativo parecia um teatro para cumprir a lei e que o Diálogo Aberto provavelmente não resultaria em algo efetivo, porque não é do interesse do poder público que Conselhos como o CPMSA atuem de fato.
* A Conselheira Cristina ponderou que há uma dificuldade na interação da Prefeitura Regional com a população local, ainda que Santo Amaro possua um elevado número de associações de bairro atuantes. Disse, ainda, que há um excesso de tutela por parte do Poder Público, quando os Conselhos Participativos deveriam ser, de fato, autônomos, independentes e deliberativos.
* O Conselheiro Adilson disse que buscaria uma recondução ao mandato se pudesse. Disse considerar absurdo limitar a candidatura a dois mandatos, quando os parlamentares ficam décadas nas Casas Legislativas. Observou que encontros como aquele geram indicadores, mas não resultados. E pediu que o Governo municipal focasse nas políticas de Estado, e não de Governo, observando que o Prefeito João Dória tem-se gabado por sua ação de asfaltamento, quando essa não passa de uma obrigação.
* A Conselheira Andrea pediu a palavra para dizer que a divulgação dos trabalhos do CPMSA pode ser feita instantaneamente por meios eletrônicos e mídias sociais, mas que não há respaldo do poder público para isso, uma vez que depende apenas dos Conselheiros divulgar as ações do CPMSA. A referida Conselheira concordou, ainda, com os que falaram sobre a falta de autonomia dos Conselhos e a necessidade de que haja deliberações efetivas e não meras sugestões que não são levadas adiante.
* A Conselheira Dora disse que o Poder Público parece ter como foco “matar os Conselhos”, que, muitas vezes, os Conselhos Participativos são tratados como um órgão incapaz e que o poder publico tem obrigação de ouvir. Concordou, ainda, que o poder público é muitas vezes um mero cumpridor de formalidades, caso dos CPMs. Observou que ao longo de quatro anos\ houve apenas duas ações efetivas do CPMSA: a restauração do Eixo Histórico de Santo Amaro e o Aplicativo Descarte Bem, este último conseguido por meio da iniciativa privada, sem participação da Administração Pública - o que, segundo todos os presentes, é muito pouco.
* Diante do exposto pelos Conselheiros e da clara percepção de que o tema “formação” não é o mais relevante entre os que deviam ser discutidos, o Conselho Participativo Municipal de Santo Amaro optou, por unanimidade, por não apresentar proposta sobre o tema solicitado.
* Assim, foi redigido o seguinte texto como resposta do CPMSA à SMRI: “O Conselho Participativo Municipal de Santo Amaro não enviará (em protesto) propostas de formação por entender que essa não é a questão principal no que tange aos Conselhos Participativos. Falta ao Poder Público aceitar as propostas, levar a sério as sugestões, responder às demandas com ação efetiva, ser aberto à participação, considerando a autonomia dos Conselhos Participativos, por representarem efetivamente a comunidade local. Os Conselhos Participativos não são efetivos devido à pouquíssima receptividade do poder publico, não à falta de formação dos Conselheiros”.
* A Conselheira Cristina agradeceu, assim, a presença da representante da SMRI, pedindo a ela que incluísse em seu relatório sobre a reunião com o CPMSA as demandas apresentadas.
* Encerrado o Diálogo Aberto, o Conselheiro Luiz Felipe explicou, brevemente, a proposta de reedição do programa de zeladoria Ação Total, realizado pela então Subprefeitura de Santo Amaro durante parte da gestão Kassab. A Conselheira Cristina disse acreditar que aquela poderia ser a contribuição final do GT de Zeladoria. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada tendo a acrescentar, a reunião foi encerrada às 22 horas do dia 14/12/2017.

Cristina Antunes – Coordenadora

Luiz Felipe de Barros Rosa – Secretário-Geral

São Paulo, 14 de dezembro de 2017.